

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA  
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, NÃO  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**

entre

**RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.,**  
*como Emissora*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,**  
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas*

e

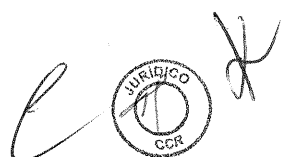
**CCR S.A.,**  
*como Interveniente Garantidora*

---

DATADO DE  
09 de abril de 2015

---

---



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Tatuí, Estado de São Paulo, na SP 127 – Rodovia Antonio Romano Schincariol, Km 112,4, CEP 18279-588, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.497.792/0001-40, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Companhia” ou “Emissora”);

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante dos titulares das debêntures objeto da presente emissão (“Debenturistas”), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento (“Agente Fiduciário”); e

**CCR S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, n.º 222, Bloco B, 5º andar, parte, Vila Olímpia, CEP 04551-065, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Interveniente Garantidora” e, em conjunto com Emissora e Agente Fiduciário, “Partes”).

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, da Rodovias Integradas do Oeste S.A.” (“Escritura”, “Emissão” e “Debêntures” respectivamente), mediante as seguintes cláusulas e condições.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

## **1. AUTORIZAÇÃO**

**1.1.** A Emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição (“Oferta”), nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor (“Instrução CVM 476”), serão realizadas com base na proposta de deliberação feita em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 09 de abril de 2015 (“RCA Emissora”), bem como na subsequente aprovação dos acionistas da Emissora reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de abril de 2015 (“AGE Emissora”), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e atualmente em vigor (“Lei das Sociedades por Ações”) e do artigo 13, inciso (g) do seu estatuto social. A fiança prestada pela Interveniente Garantidora foi autorizada em Reunião do Conselho de Administração da Interveniente Garantidora realizada em 09 de abril de 2015 (“RCA Garantidora”), nos termos do artigo 14, incisos (xv) e (xvi), de seu estatuto social.

## **2. DOS REQUISITOS**

**2.1.** A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações**

**2.1.1.1.** As atas de RCA Emissora, AGE Emissora e RCA Garantidora de que trata a Cláusula 1.1 acima serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicadas (a) no caso da AGE Emissora e da RCA Emissora, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Jornal Cruzeiro do Sul; e (b) no caso da RCA Garantidora, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico; nos termos dos artigos 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

### **2.1.2. Arquivamento e Registro da Escritura**

**2.1.2.1.** Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu §3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo a respectiva Escritura e seus eventuais aditamentos, devidamente arquivados na JUCESP, serem enviados tempestivamente pela Emissora, após os referidos arquivamentos, ao Agente Fiduciário.

**2.1.2.2.** Em virtude da fiança de que trata a Cláusula 4.10 abaixo, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo e Tatuí, Estado de São Paulo, bem como da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 20 (vinte) dias a contar da data de assinatura da presente Escritura ou de seus eventuais aditamentos, sendo uma via original da Escritura e seus eventuais aditamentos registrados entregues tempestivamente, após os referidos registros, ao Agente Fiduciário.

### **2.1.3. Registro na CVM**

**2.1.3.1.** A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada e atualmente em vigor, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

### **2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”)**

**2.1.4.1.** As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.6.2 a 3.6.4 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

### **2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)**

**2.1.5.1.** A Oferta será registrada na ANBIMA apenas para fins de envio de informações à Base de Dados da ANBIMA, de acordo com os procedimentos que vierem a ser definidos pela referida entidade, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, desde que sejam expedidas as diretrizes até o encerramento da oferta.

### **2.1.6. Portaria do Ministério dos Transportes**

e 3



**2.1.6.1.** A Emissão das Debêntures será realizada nos termos (do(s) artigo(s)) da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada e atualmente em vigor ("Lei 12.431"), e do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, conforme alterado e atualmente em vigor ("Decreto 7.603"), sendo que determinados projetos de investimento da Emissora deverão ser classificados como prioritários pelo Ministério dos Transportes (respectivamente, "Projetos de Investimento" e "Portaria do Ministério dos Transportes").

### **3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

#### **3.1. Objeto Social da Emissora**

**3.1.1.** A Emissora tem por objeto social exclusivo realizar, sob regime de concessão, a administração e a exploração do Sistema Rodoviário do Estado de São Paulo, constituído pelo conjunto de pistas de rolamentos, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações, equipamentos contidos na malha rodoviária, compreendendo os seguintes trechos: I – SP 127 do Km 105 + 900, em Tatuí, até o Km 213 + 500, em Capão Bonito; II – SP-255 do Km 237 + 770m, em Avaré, até o Km 288 + 190m, em Itai; III – SP-258, do Km 222 + 800m, em Capão Bonito, até o Km 342 + 670m, em Itararé, na divisa com o Estado do Paraná; IV – SP-270 do Km 115 + 500m, em Araçoiaba da Serra, até o Km 168 + 210m, em Itapetininga; V – SP-280 do Km 129 + 600m, em Tatuí, até o Km 315 + 034m, em Espírito Santo do Turvo, podendo praticar os atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, em conformidade com o Termo de Contrato de Concessão, celebrado em 10 de fevereiro de 2000, com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, em decorrência da Concorrência Internacional nº 020/CIC/98, relativa ao denominado Lote 20, da Malha Rodoviária Estadual (conforme aditado de tempos em tempos o "Contrato de Concessão").

#### **3.2. Número da Emissão**

**3.2.1.** A presente Escritura contempla a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.

#### **3.3. Montante da Emissão**

**3.3.1.** O montante total da emissão será de R\$190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definida).

#### **3.4. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

**3.4.1.** O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, atuará como banco liquidante ("Banco Liquidante") e a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, atuará como escriturador mandatário das Debêntures ("Escriturador Mandatário").

#### **3.5. Destinação dos Recursos**

**3.5.1.** Os recursos obtidos por meio da presente Emissão serão destinados para realizar o reembolso de gastos, despesas e/ou dívidas relacionados aos Projetos de Investimento, os quais deverão ser classificados como prioritários nos termos da Portaria do Ministério dos Transportes, a ser emitida pelo Ministério dos Transportes, conforme a Lei 12.431 e o Decreto 7.603.

**3.5.2.** A implementação dos Projetos de Investimento já está em curso, encontrando-se em fase de projeto e obras, sendo que seu encerramento é estimado para o ano de 2027. O montante

total da Emissão, indicado na Cláusula 3.3.1 acima, corresponde ao percentual de 32,6% (trinta e dois por cento e sessenta centésimos), em face do valor global dos Projetos de Investimento, objeto da Portaria do Ministério dos Transportes.

### 3.6. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

**3.6.1.** As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do CETIP21, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas por meio da CETIP.

**3.6.2.** As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados, nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 409"), e considerada a previsão do art. 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476, ressalvado o disposto no § 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

**3.6.3.** Conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

**3.6.4.** Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

### 3.7. Colocação e Procedimento e Prazo de Distribuição

**3.7.1.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

**3.7.2.** Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura, pelo Coordenador Líder, de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

**3.7.3.** Será realizada coleta de intenções de investimento, pelo Coordenador Líder, sem o recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos Investidores Qualificados, da demanda das Debêntures ("Procedimento de Bookbuilding").

**3.7.4.** No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

**3.7.5.** Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

**3.7.6.** Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

**3.7.7.** A colocação das Debêntures será realizada por meio do MDA, observado o plano de distribuição descrito nesta Escritura e o prazo estipulado nos artigos 7-A e 8º da Instrução CVM 476.

#### **4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

##### **4.1. Características Básicas**

###### **4.1.1. Valor Nominal Unitário**

**4.1.1.1.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definida) (“Valor Nominal Unitário”).

###### **4.1.2. Quantidade de Debêntures**

**4.1.2.1.** Serão emitidas 190.000 (cento e noventa mil) Debêntures.

###### **4.1.3. Número de Séries**

**4.1.3.1.** A Emissão será realizada em série única.

###### **4.1.4. Data de Emissão**

**4.1.4.1.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de abril de 2015 (“Data de Emissão”).

###### **4.1.5. Prazo e Data de Vencimento**

**4.1.5.1.** O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2020 (“Data de Vencimento”), ressalvadas a hipótese de aquisição antecipada facultativa, prevista na Cláusula 5.1 abaixo, a hipótese de Oferta de Resgate Antecipado, prevista na Cláusula 5.3 abaixo, e as hipóteses de vencimento antecipado, previstas na Cláusula 5.4 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo respectivo Valor Nominal Unitário Atualizado ou pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados conforme a Cláusula 4.5.1 abaixo.

###### **4.1.6. Forma e Emissão de Certificados**

**4.1.6.1.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados.

#### 4.1.7. *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.7.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

#### 4.1.8. *Conversibilidade*

4.1.8.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

#### 4.1.9. *Espécie*

4.1.9.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

#### 4.2. **Subscrição**

##### 4.2.1. *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de início de distribuição das Debêntures, na forma do artigo 7-A da Instrução CVM 476.

##### 4.2.2. *Preço de Subscrição*

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, na Data de Integralização.

#### 4.3. **Integralização e Forma de Pagamento**

4.3.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas na mesma data, à vista, em moeda corrente nacional ("Data de Integralização"), pelo Preço de Subscrição e de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

#### 4.4. **Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário**

4.4.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente, a partir da Data de Integralização das Debêntures, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis até a Data de Vencimento ("Atualização Monetária"), de acordo com a seguinte fórmula, sendo o produto da atualização automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou ao respectivo saldo, conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado"):

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, ou saldo do respectivo Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures, ou saldo do respectivo Valor Nominal Unitário, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo “n” um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de dias úteis entre a Data de Integralização ou última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de dias úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures, conforme o caso, sendo “dut” um número inteiro.

#### 4.4.2. Observações:

(i) os fatores resultantes da expressão:  $\left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$  são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

(ii) o produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

(iii) o número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

(iv) a aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

(v) considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente. Considera-se como mês de atualização o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas;

4.4.3. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último IPCA divulgado oficialmente até a data do cálculo relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por dias úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do IPCA devido, quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas.

4.4.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por 2 (dois) meses consecutivos, contados da data esperada para apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência do IPCA”) ou,



ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, será utilizado, em substituição ao IPCA, o mesmo índice que vier a ser utilizado pelo Banco Central do Brasil para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos nos sistema de metas de inflação para o balizamento da política monetária no Brasil ("Taxa Substitutiva"). Até a divulgação da Taxa Substitutiva, será utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura relativas às Debêntures, o último IPCA divulgado oficialmente.

**4.4.5.** Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da divulgação da Taxa Substitutiva, ou depois da divulgação da Taxa Substitutiva, a mesma Taxa Substitutiva não será mais utilizada, e o IPCA, a partir da data de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária das Debêntures.

#### **4.5. Remuneração**

##### **4.5.1. Juros Remuneratórios**

**4.5.1.1.** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios prefixados ("Juros Remuneratórios"), correspondentes a 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescidos exponencialmente ao equivalente à média aritmética das taxas internas de retorno das Notas do Tesouro Nacional, com vencimento em 2020 ("NTN-B 2020"). As taxas internas de retorno da NTN-B 2020 deverão ser as cotações indicativas divulgadas pela ANBIMA e apuradas pela média aritmética do fechamento do 1º (primeiro), 2º (segundo) e 3º (terceiro) dias úteis imediatamente anteriores à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (excluindo-se a data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* no cômputo de dias). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidindo, (i) no caso do primeiro Período de Capitalização (conforme abaixo definido), da Data de Integralização das Debêntures até a data do primeiro pagamento de Juros Remuneratórios, e (ii) a partir do segundo Período de Capitalização (conforme abaixo definido), da data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente subsequente.

**4.5.1.2.** Para efeitos da presente Escritura, "Período de Capitalização" corresponde ao intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão, conforme previsto na Cláusula 4.5.1.4 abaixo. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento.

**4.5.1.3.** A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures será definida por meio de aditamento desta Escritura, na forma do Anexo I à presente Escritura, o qual deverá ser arquivado na JUCESP, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas.

**4.5.1.4.** Os Juros Remuneratórios de cada uma das Debêntures serão pagos em parcelas semestrais, no dia 15 (quinze) dos meses de abril e outubro de cada ano, com o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento na Data de Vencimento, ou ainda na data de declaração de um vencimento antecipado das Debêntures ou de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), nos termos desta Escritura.

**4.5.1.5.** Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [Fator Juros - 1]\}$$

Onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios das Debêntures calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização.

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

*FatorJuros* = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

Onde:

$$FatorJuros = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

taxa = taxa de juros fixa das Debêntures, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de dias úteis entre a Data de Integralização das Debêntures ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

#### 4.6. Repactuação

4.6.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 4.7. Pagamento do Principal

4.7.1. O Valor Nominal Unitário Atualizado ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, será pago integralmente em uma única parcela, na Data de Vencimento.

#### 4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. *Local de Pagamento, Tratamento Tributário das Debêntures e Imunidade Tributária de Debenturista*

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei 12.431.

4.8.1.3. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, além daquelas previstas na Lei 12.431, tal Debenturista deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias

Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, julgada apropriada pelo Escriturador Mandatário e Banco Liquidante da Emissão, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

**4.8.1.4.** O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.8.1.3 acima, e que (i) tenha essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, (ii) deixe de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, (iii) tenha essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente ou (iv) tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas nesta cláusula, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador Mandatário e/ou pela Emissora.

**4.8.1.5.** Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.8.1.3 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.

#### **4.8.2. Prorrogação dos Prazos**

**4.8.2.1.** Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro Dia Útil (conforme definido abaixo) subsequente, se na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

**4.8.2.2.** Para os fins desta Escritura, entende-se por “Dia(s) Útil(eis)” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados declarados nacionais. Quando a indicação de prazo contado por dia nesta Escritura não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

#### **4.8.3. Encargos Moratórios**

**4.8.3.1.** Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

#### **4.8.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

**4.8.4.1.** Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data de vencimento da obrigação pecuniária em causa.

#### 4.9. Publicidade

**4.9.1.** Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas serão disponibilizados na página da Emissora na Internet, bem como publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal de grande circulação no qual a Emissora efetua suas publicações societárias, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando novo veículo, bem como informar o novo veículo, por meio de publicação nos jornais anteriormente utilizados.

#### 4.10. Garantia Fidejussória

**4.10.1.** Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, de principal e juros das Debêntures e acessórias, assumidas pela Emissora nesta Escritura, a Interveniente Garantidora presta fiança (“Fiança”) em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, dos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.

**4.10.2.** A Interveniente Garantidora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável, do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”).

**4.10.3.** O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão garantidos pela Interveniente Garantidora, o qual inclui: (i) o Valor Nominal Unitário Atualizado ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas judiciais, despesas com Agente Fiduciário, Escriturador Mandatário, Agência de Classificação de Risco (conforme abaixo definido) e verbas indenizatórias, quando houver (“Valor Garantido”).

**4.10.4.** O Valor Garantido será pago pela Interveniente Garantidora em até 5 (cinco) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Interveniente Garantidora constatando a mora da Emissora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 01 (um) dia útil contado da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido aos Debenturistas na data de pagamento definida na Escritura. O pagamento deverá ser realizado, fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

**4.10.5.** Fica facultado à Interveniente Garantidora efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pela Interveniente Garantidora.

**4.10.6.** A Interveniente Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigo 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (“Código de Processo Civil”).

**4.10.7.** Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Interveniente Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas, ressalvado o direito da Interveniente Garantidora em depositar em juízo ou em uma conta *escrow*, em benefício dos Debenturistas, o Valor Garantido, corrigido até

a data do efetivo depósito, no caso de pendência de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações.

**4.10.8.** A Interviente Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto desta Cláusula 4.10, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Interviente Garantidora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

**4.10.9.** A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão das Debêntures e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura.

**4.10.10.** A Interviente Garantidora declara e garante que (i) a prestação desta Fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; e (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

**4.10.11.** Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e a Interviente Garantidora.

**4.10.12.** Fica desde já certo e ajustado que o inadimplemento de obrigação pela Emissora, no prazo estipulado nesta Escritura, não configura em nenhuma hipótese inadimplemento pela Interviente Garantidora das obrigações por ela assumidas nos termos da Escritura.

#### **4.11. Classificação de Risco**

**4.11.1.** A Emissora contratará agência de classificação de risco da Oferta, que poderá ser qualquer das seguintes agências de classificação de risco: Standard & Poor's ou Moody's e Fitch Ratings ("Agência de Classificação de Risco"). A efetiva contratação de qualquer das Agências de Classificação de Risco mencionadas nesta cláusula, não dependerá de aprovação prévia dos Debenturistas.

**4.11.2.** Caso a Agência de Classificação de Risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo esteja, ou seja, impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, em até 5 (cinco) Dias Úteis, a contar da ciência pela Emissora do fim das atividades da Agência de Classificação de Risco ou da ciência pela Emissora do impedimento da Agência de Classificação de Risco, contratar outra Agência de Classificação de Risco indicada na cláusula 4.11.1 acima, sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, a contar da nova contratação. Caso a agência de classificação de risco que se pretenda contratar não seja uma das Agências de Classificação de Risco indicadas na cláusula 4.11.1 acima, a Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário, com até 30 (trinta) dias de antecedência da data em que se pretenda formalizar nova contratação, e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta.

## **5. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO**

### **5.1. Aquisição Antecipada Facultativa**

**5.1.1.** A Emissora poderá, depois de decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, a seu exclusivo critério, adquirir as Debêntures em Circulação, em conformidade com o disposto na Lei 12.431 e na forma a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, observado, ainda, o disposto na no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos direitos das demais Debêntures em Circulação.

### **5.2. Amortização Extraordinária Facultativa e Resgate Antecipado Facultativo**

**5.2.1.** As Debêntures não poderão ser objeto de amortização extraordinária facultativa e não poderão ser objeto de resgate antecipado facultativo. Para efeitos da presente Cláusula 5.2.1, entende-se por “amortização extraordinária facultativa” e por “resgate antecipado facultativo” a opção da Emissora de, respectivamente, amortizar antecipadamente ou de resgatar antecipadamente as Debêntures, em qualquer dos casos, a exclusivo critério da Emissora, de forma compulsória, ou seja, sem possibilidade de manifestação dos Debenturistas.

### **5.3. Oferta de Resgate Antecipado**

**5.3.1.** Decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão e em conformidade com o disposto na Lei 12.431, na forma a ser regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional e observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade (“Oferta de Resgate Antecipado”). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da seguinte forma:

- (i) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado mediante comunicação dirigida aos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário (“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado”) ou, ainda, por meio de publicação de anúncio aos Debenturistas a ser divulgado nos termos da Cláusula 4.9.1 desta Escritura (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”), devendo a Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado ou o Edital de Oferta de Resgate Antecipado, conforme o caso, descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) se a Oferta de Resgate Antecipado será total ou parcial; (b) que, na hipótese de resgate parcial, caso a quantidade de Debêntures, indicadas pelos Debenturistas que aderirem à Oferta de Resgate Antecipado, seja superior à quantidade de Debêntures que a Emissora pretende resgatar, o procedimento para o resgate parcial das Debêntures será mediante sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, observado o disposto nos itens (ii) e (iii) abaixo; (c) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (d) a data efetiva para o resgate das Debêntures (“Data do Resgate”) e de pagamento aos Debenturistas; (e) a forma e o prazo de manifestação dos Debenturistas que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado; (f) menção do valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado, decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, nos termos da Cláusula 5.3.2 abaixo; e (g) demais informações necessárias;

- (ii) após a Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado ou a publicação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado nos termos de Edital de Oferta de Resgate Antecipado, conforme o caso, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar junto à Emissora, no prazo disposto na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado ou no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, conforme o caso. Ao final deste prazo, a Emissora terá 7 (sete) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, pelo valor determinado nos termos da Cláusula 5.3.2 abaixo, sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate antecipado, decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, serão resgatadas em uma única data, qual seja, a Data do Resgate;
- (iii) no caso de resgate parcial das Debêntures, este será realizado sob a forma de sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, sendo certo que o Agente Fiduciário deverá comunicar os Debenturistas sobre o resultado do sorteio com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da efetiva Data do Resgate;
- (iv) o resgate antecipado total ou parcial, decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas do processo de resgate antecipado total ou parcial (conforme aplicável), decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, tais como qualificação, sorteio e apuração, serão realizadas fora do âmbito da CETIP; e
- (v) a Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação da mesma quanto a um número mínimo de Debêntures, a ser definido pela Emissora quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado, sendo que este número deverá ser divulgado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado ou no Edital de Oferta de Resgate Antecipado, conforme o caso.

**5.3.2.** O valor a ser pago a título de resgate antecipado das Debêntures, decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, devido pela Emissora, será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures que sejam objeto do referido resgate antecipado, ou ao saldo do respectivo Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios relativos às Debêntures que sejam objeto do referido resgate antecipado, devidos e não pagos até a Data do Resgate, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização das Debêntures ou da última data de pagamento de Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, e demais encargos referentes às Debêntures objeto do referido resgate antecipado, devidos e não pagos até tal data.

**5.3.3.** O pagamento do valor a ser resgatado deverá ser realizado pela Emissora na Data do Resgate, nos termos da Cláusula 4.8.1.1, sendo certo que todas as Debêntures objeto de resgate serão liquidadas em uma única data.

#### **5.4. Vencimento Antecipado**

##### **5.4.1. Hipóteses de vencimento antecipado**

O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.4.1.1 e 5.4.1.2 abaixo, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Integralização ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como dos Encargos Moratórios, se houver, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):



15



- (a) não pagamento pela Emissora, na respectiva data de vencimento, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares das Debêntures, não sanada pela Emissora ou pela Interviente Garantidora, por período superior a 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo vencimento;
- (b) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- (c) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão, que afetem de forma adversa as Debêntures;
- (d) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações prestadas pela Interviente Garantidora no âmbito da Emissão, que afetem de forma adversa a garantia prestada, desde que (i) tal incorreção ou falsidade não seja sanada ou (ii) não seja substituída a fiança por garantia bancária de banco de primeira linha, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que a Emissora ou a Interviente Garantidora tomarem conhecimento do evento;
- (e) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira da Emissora em montante unitário ou agregado superior a R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas (sendo que este valor deverá ser atualizado mensalmente pelo Índice Geral de Preços-Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") a partir da Data de Emissão), obrigação financeira essa decorrente de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, salvo se a Emissora comprovar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do não pagamento, ou até o final do período de cura aplicável (se o período for superior ao referido prazo de 5 Dias Úteis) que referido não pagamento: (i) foi sanado pela Emissora ou pela Interviente Garantidora, ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (f) não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de obrigação financeira da Interviente Garantidora, em montante unitário ou agregado superior a R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas (sendo que este valor deverá ser atualizado mensalmente pelo IGP-M a partir da Data de Emissão) obrigação financeira essa no âmbito de dívida contraída por meio de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, e cujo não pagamento tenha resultado no vencimento antecipado da referida dívida, salvo se a Interviente Garantidora comprovar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do não pagamento, que referido não pagamento: (i) foi sanado pela Interviente Garantidora, ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (g) descumprimento, pela Emissora, de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida por juízo competente, contra a Emissora, que condene a Emissora ao pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir da data fixada para pagamento, os efeitos de tal sentença forem suspensos por meio de medida judicial ou arbitral cabível e enquanto assim permanecerem;



- (h) protesto legítimo de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, exceto se a Emissora validamente comprovar ao Agente Fiduciário no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data da intimação do protesto, que (i) referido protesto foi indevidamente efetuado, decorreu de erro ou má-fé de terceiros, ou foi sustado ou cancelado; ou (ii) a Emissora ou a Interviente Garantidora prestarem garantias em juízo, as quais deverão ser aceitas pelo Poder Judiciário;
- (i) a ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora que resulte na perda pela Interviente Garantidora, do controle acionário da Emissora, sem prévia e expressa aprovação de titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, manifestada em assembleia especialmente convocada para este fim, restando desde já autorizadas as hipóteses de transferência entre empresas do mesmo grupo econômico. Entende-se por “controle” o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) apresentação de proposta de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora ou pela Interviente Garantidora, de autofalência ou pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal e/ou decretação de falência da Emissora ou da Interviente Garantidora, liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou da Interviente Garantidora;
- (k) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (l) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que restrinja substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (m) término antecipado do contrato de concessão;
- (n) pagamento de dividendos pela Emissora e/ou de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente nos pagamentos de principal e/ou juros nos termos deste instrumento, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
- (o) redução do capital social da Emissora, que represente mais de 10% (dez por cento) do seu patrimônio líquido (conforme última demonstração financeira auditada da Emissora) sem que haja prévia anuência da maioria simples dos titulares das Debêntures em circulação, manifestada em assembleia especialmente convocada para esse fim; ou
- (p) se a fiança prestada pela Interviente Garantidora: (a) for objeto de questionamento legítimo pela Emissora ou pela Interviente Garantidora; (b) se for anulada, considerada nula, ou inválida; ou (c) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida, desde que em qualquer das hipóteses, tal evento não seja sanado ou não seja a fiança substituída por garantia bancária de banco de primeira linha, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que a Emissora ou a Interviente Garantidora tomarem conhecimento do evento.

**5.4.1.1.** A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens (a), (e), (j); (k), (m) e (n) acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.4.2 abaixo, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o

Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência do referido evento, declarar automaticamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Companhia do saldo devedor das Debêntures acrescido dos Encargos Moratórios devidos, conforme o caso.

**5.4.1.2.** Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento não mencionados na Cláusula 5.4.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do referido evento, no prazo mínimo previsto em lei, ou do fim do período de cura, conforme o caso, uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido), para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures. O vencimento antecipado não será decretado, se, na Assembleia Geral de Debenturistas, (i) Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações objeto desta Escritura; ou (ii) os trabalhos forem suspensos para deliberação em data posterior.

**5.4.1.3.** No caso de (i) não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 5.4.1.2 (i) acima; ou (ii) não instalação, em segunda convocação, da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 5.4.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações objeto desta Escritura.

**5.4.2.** Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar, em até 1 (um) Dia Útil, carta protocolada à Emissora, com cópia à CETIP, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado ou do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização, ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos desta Escritura e/ou de quaisquer documentos da Oferta, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado. Caso a Emissora não proceda ao pagamento das Debêntures na forma estipulada nesta Cláusula, além dos Juros Remuneratórios devidos serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário Atualizado ou ao saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, das Debêntures, os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

**5.4.3.** No caso de um dos eventos de vencimento antecipado mencionados nesta Cláusula 5.4 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.4.2 acima, no que diz respeito às Debêntures custodiadas na CETIP, para que a realização do pagamento ali referido ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA**

**6.1.** A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - (a) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes conforme exigido pela legislação aplicável; (2) declaração assinada pelo diretor de relações com investidores, na forma do seu estatuto social, atestando: (2.a) que permanecem válidas as disposições contidas

na presente Escritura; (2.b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (2.c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora; e (2.d) que os bens da Emissora foram mantidos devidamente assegurados;

- (b) notificação, em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas nos prazos legalmente estabelecidos, informando, inclusive, a data e ordem do dia das referidas Assembleias;
  - (c) em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da solicitação, informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam relevantes para a presente Emissão e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora ou que a Emissora não está autorizada a divulgar nos termos da regulamentação a ela aplicável;
  - (d) em até 5 (cinco) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência relevante ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa à validade, eficácia e/ou exequibilidade das Debêntures ou da presente Escritura;
  - (e) no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tomar ciência de sua ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos na presente Escritura, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;
  - (f) em até 2 (dois) Dias Úteis após sua publicação, cópia dos Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias e demais documentos relacionados à presente Emissão; e
  - (g) informar ou enviar o seu organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma de grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (ii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
  - (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de

computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

- (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
  - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
  - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
  - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
  - (iv) convocar Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, no entendimento exclusivo da Emissora, afete direta ou indiretamente os interesses dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura e não o faça;
  - (v) cumprir com todas as suas obrigações perante a CVM e CETIP, incluindo o envio de documentos e prestação de informações que lhe forem solicitadas pelos referidos entes, na forma da lei;
  - (vi) estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
  - (vii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
  - (viii) notificar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário, sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Emissora e que impeça o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora no âmbito do Contrato de Concessão e/ou resulte no descumprimento pela Emissora de suas obrigações financeiras perante os Debenturistas, previstas nesta Escritura;
  - (ix) manter os seus bens necessários à manutenção de suas condições de operação e funcionamento adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
  - (x) manter válidas e regulares todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, exceto no que se referir a concessões, autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não impeça o exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora no âmbito do Contrato de Concessão e/ou resulte no descumprimento pela Emissora de suas obrigações financeiras perante os Debenturistas, previstas nesta Escritura;

- (xi) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, efetuar o pagamento de todos os tributos que entenda devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (xii) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto (a) aqueles que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa ou (b) cujos eventuais descumprimentos não afetem a capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações financeiras perante os Debenturistas, previstas nesta Escritura;
- (xiii) contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário e a Agência de Classificação de Risco;
- (xiv) não omitir nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que cause alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (xv) adotar as medidas necessárias para que a Agência de Classificação de Risco atualize a respectiva classificação de risco das Debêntures anualmente, a partir da data de emissão do primeiro relatório, até o vencimento das Debêntures. Adicionalmente, a Emissora deverá: (i) divulgar ou permitir que a Agência de Classificação de Risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as respectivas súmulas das classificações de risco; (ii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela Agência de Classificação de Risco no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora e (iii) comunicar, em até 5 (cinco) Dias Úteis, ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco;
- (xvi) atender todos os requisitos previstos na Lei 12.431, aplicáveis à presente Emissão;
- (xvii) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, a Fiança constituída nesta Escritura;
- (xviii) não agir em desconformidade com as disposições da Lei 12.846, conforme abaixo definida;
- (xix) adotar programa de integridade, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, aplicável a todos os seus funcionários, executivos, diretores, representantes legais e procuradores, visando garantir o fiel cumprimento da Lei 12.846, conforme abaixo definida; e
- (xx) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora.

**6.2.** A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

**6.3.** A Interviente Garantidora se obriga a fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas do relatório da administração e de parecer dos auditores independentes, bem como de declaração dos representantes da Interviente Garantidora atestando o cumprimento de todas as obrigações decorrentes desta Escritura;
- (ii) informações sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento causado pela Interviente Garantidora, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data em que a Interviente Garantidora tomar conhecimento do fato, devendo ainda a Interviente Garantidora fornecer ao Agente Fiduciário, tão depressa quanto possível, as informações adicionais que este possa solicitar sobre a falta de cumprimento em causa, incluindo quanto a medidas tomadas ou a tomar pela Interviente Garantidora com o fim de sanar a falta de cumprimento em questão; e
- (iii) em até 5 (cinco) Dias Úteis da solicitação do Agente Fiduciário, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações decorrentes desta Emissão, quaisquer informações razoáveis que o Agente Fiduciário solicitar, necessárias ao cumprimento, por parte da Interviente Garantidora, das suas obrigações estabelecidas nesta Escritura.

## **7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

**7.1.** A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

**7.1.1.** O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (xi) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e
- (xii) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões do grupo da Emissora:
- (a) Na 4ª Emissão de debêntures simples, da espécie subordinada, convolada em espécie quirografária, em série única da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (“Via Oeste”), no valor total de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), com a emissão de 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures em 28 de abril de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures é 28 de maio de 2017. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, apenas amortizações programadas conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (b) Na 5ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Via Oeste, no valor total de R\$440.000.000,00 (quatrocentos e quarentas milhões de reais), com a emissão de 44.000 (quarenta e quatro mil) debêntures, sendo 29.000 (vinte e nove mil) debêntures relativas à 1ª série e 15.000 (quinze mil) debêntures relativas à 2ª série, ambas as séries com data de emissão em 15 de setembro de 2014, sendo que a data de vencimento das debêntures da 1ª série é em 15 de setembro de 2017 e para a 2ª série em 15 de setembro de 2019. Na data de assinatura da presente Escritura, apenas as debêntures relativas à 1ª série foram objeto de liquidação financeira. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (c) Na 2ª Emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em três séries da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (“Rodoanel”), no valor total de R\$ 1.800.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de reais), com a emissão de 180.000 (cento e oitenta mil debêntures), em 05 de maio de 2011, sendo que a data de vencimento das debêntures da 1ª, 2ª e 3ª série são, respectivamente 5 de maio de 2014, 5 de maio de 2015 e, 5 de maio de 2016, sendo que a 1ª série venceu. Referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR e pela Encalso Construções Ltda. (“Encalso”), no montante total de 100% (cem por cento) do valor da emissão, sendo 95% (noventa e cinco por cento) garantido por fiança da CCR e 5% (cinco por cento) garantido por fiança da Encalso. Adicionalmente, as debêntures da 3ª série contarão com fiança de 5% (cinco por cento) do valor total da série, qual seja R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), prestada por

Alberto Bagdade e Mário Múcio Eygênio Damha. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.

- (d) Na 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única da Rodoanel, no valor total de R\$560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais), com a emissão de 56.000 (cinquenta e seis mil debêntures), em 15 de abril de 2014, sendo que a data de vencimento das debêntures é 15 de abril de 2017. Referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR, no montante total de 100% (cem por cento) do valor da emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (e) Na 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Renovias Concessionárias S.A. ("Renovias"), no valor total de R\$95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais), com a emissão de 9.500 (nove mil e quinhentas) debêntures em 15 de janeiro de 2013, sendo que a data de vencimento das debêntures é 15 de janeiro de 2018. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, apenas amortizações programadas conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (f) Na 2ª Emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única da Emissora, no valor total de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), com a emissão de 40.000 (quarenta mil) debêntures em 05 de julho de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures é 5 de julho de 2016. A referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR no montante total de 100% (cem por cento) do valor da emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (g) Na 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, no valor total de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), com a emissão de 80.000 (oitenta mil) debêntures em 29 de maio de 2013, sendo que a data de vencimento das debêntures é 29 de maio de 2016. A referida emissão foi garantida por fiança prestada pela CCR S.A. no montante total de 100% (cem por cento) do valor da emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (h) Na 4ª Emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, em duas séries, da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., no valor total de R\$1.100.000.000,00 (um bilhão e cem milhões de reais), com a emissão de 1.100.000 (um milhão e cem mil) debêntures, sendo 965.000 (novecentos e sessenta e cinco mil) debêntures para a 1ª série e 135.000 (cento e trinta e cinco mil) debêntures para a 2ª série, em 15 de outubro de 2012, sendo que a data de



vencimento das debêntures da primeira série é 15 de setembro de 2017 e das debêntures da segunda série é 15 de outubro de 2017. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.

- (i) Na 5ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A., no valor total de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), com a emissão de 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) debêntures em 15 de outubro de 2013, sendo que a data de vencimento das debêntures é 15 de outubro de 2018. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão;
- (j) Na 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da Concessionária do Sistema Anhanguera – Bandeirantes S.A., no valor de R\$545.000.000,00 (quinhentos e quarenta e cinco milhões de reais), com emissão de 545.000 (quinhentos e quarenta e cinco mil) debêntures, com data de emissão em 15 de outubro de 2014 e data de vencimento em 15 de outubro de 2019. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão;
- (k) Na 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, das espécies subordinada e com garantia flutuante, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor total de R\$500.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), com a emissão de 500 (quinhentas) debêntures, sendo 300 (trezentas) debêntures para a 1ª série e 200 (duzentas) debêntures para a 2ª série, em 28 de outubro de 2010, sendo que a data de vencimento das debêntures é 28 de outubro de 2015. A emissão conta com garantia flutuante, nos termos da respectiva escritura de emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, tendo ocorrido apenas amortizações programadas conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão;
- (l) Na 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor total de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), com a emissão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures em 05 de dezembro de 2012, sendo que a data de vencimento das debêntures é 05 de dezembro de 2015. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou das debêntures, tendo ocorrido apenas amortizações programadas, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (m) Na 4ª Emissão de colocação privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., no valor total de R\$610.000.000,00 (seiscentos e dez milhões de reais), com a emissão de 10 (dez) debêntures em 30 de março de 2015, sendo que a data de vencimento das debêntures é 15 de agosto de



2020. A emissão conta com alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das ações da Concessionária Rodovia Presidente Dutra S.A., por cessão fiduciária dos direitos emergentes do contrato de concessão, bem como por cessão fiduciária dos direitos da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. sobre as contas, conforme previsto na respectiva escritura de emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, resgate, amortização das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.

- (n) Na 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Concessionária ViaRio S.A., no valor total de R\$340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais), com a emissão de 34.000 (trinta e quatro mil) debêntures em 30 de abril de 2014, sendo que a data de vencimento das debêntures é 30 de abril de 2015. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa, resgate ou amortização das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (o) Na 6ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da CCR, no valor total de R\$ 520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de reais), com a emissão de 52.000 (cinquenta e dois mil) debêntures em 25 de abril de 2013, sendo que a data de vencimento é 25 de abril de 2016. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (p) Na 7ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da CCR, no valor total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), com a emissão de 20.000 (vinte mil) debêntures em 15 de outubro de 2013, sendo 10.000 (dez mil) debêntures para a 1ª série com vencimento em 15 de outubro de 2015 e 10.000 (dez mil) debêntures para a 2ª série com data de vencimento em 15 de outubro de 2016. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (q) Na 1ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Concessionária do VLT Carioca S.A., no valor total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com a emissão de 30.000 (trinta mil) debêntures em 30 de janeiro de 2014, sendo que a data de vencimento é 30 de julho de 2015. A emissão conta com garantia fidejussória prestada pela carta de fiança prestada pela Fetranspor, pela cessão fiduciária de todos os direitos e créditos da Fetranspor relativos a conta bancária de titularidade da Fetranspor e da Emissora, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (r) Na 1ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A., no valor total de R\$ 67.000.000,00

(sessenta e sete milhões de reais), com a emissão de 6.700 (seis mil e setecentas) debêntures em 10 de abril de 2014, sendo que a data de vencimento é 10 de abril de 2016. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.

- (s) Na 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia de Participações em Concessões, no valor total de R\$ 750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), com a emissão de 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures, em 30 de janeiro de 2015, sendo que a data de vencimento é 30 de janeiro de 2016. A emissão conta com garantia fidejussória prestada pela CCR, no montante de 100% (cem por cento) do valor da emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (t) Na 1ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Companhia do Metro da Bahia (MetroBahia), no valor total de R\$610.000.000,00 (seiscentos e dez milhões de reais), com a emissão de 61.000 (sessenta e uma mil) debêntures em 10 de março de 2014, sendo que a data de vencimento das debêntures é 10 de março de 2017. A emissão conta com fiança prestada pela CCR no montante de 100% (cem por cento) do valor da emissão. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa, resgate ou amortização das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (u) Na 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A., no valor total de R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), com a emissão de 12.000 (doze mil) debêntures, com data de emissão em 11 de novembro de 2013 e vencendo em 11 de novembro de 2015. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa, resgate ou amortização das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (v) Na 4ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da Rodonorte – Concessionária de Rodovias Integradas S.A., no valor total de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), com a emissão de 13.000 (treze mil) debêntures, vencendo em 15 de outubro de 2019. A emissão não conta com nenhuma garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa, resgate ou amortização das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.

**7.2.** A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

**7.3.** Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia

Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

**7.3.1.** Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

**7.3.2.** A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

**7.3.3.** Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, solicitando sua substituição, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas.

**7.3.4.** É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) especialmente convocada para esse fim.

**7.3.5.** A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

**7.3.6.** A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

**7.3.7.** O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

**7.3.8.** Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

**7.4.** Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9.1 acima;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
  - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado ou do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, pagamento e repactuação, se for o caso, dos Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
  - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
  - (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório;
  - (c) na CVM; e
  - (d) na sede do Coordenador Líder.
- (xv) publicar, em conjunto com a Emissora, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório de que trata o item (xiii) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais, sendo certo que comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xix) disponibilizar, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios das Debêntures, a ser calculado pela Emissora.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário Atualizado ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6. Observado o disposto nas cláusulas 5.4.1.1 a 5.4.1.3 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação. Na hipótese prevista na Cláusula 7.5 (iv) acima, será suficiente para que o Agente Fiduciário fique eximido da responsabilidade pela não adoção das medidas aí contempladas autorização de titulares representando a maioria das Debêntures em Circulação.

7.7. Serão devidos ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o pagamento total das Debêntures.

7.7.1. Na hipótese de ocorrer o vencimento antecipado ou o resgate antecipado, decorrente da Oferta de Resgate Antecipado, de todas as Debêntures em Circulação, conforme previsto nesta Escritura, antes do prazo final definido na Cláusula 4.1.5, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, tão logo notificado pela Emissora.

7.7.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

7.7.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*.

7.7.4. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de

tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

**7.7.5.** Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

**7.7.6.** Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

**7.7.7.** Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

**7.7.8.** A remuneração prevista nas Cláusulas acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura, como configuradores de vencimento antecipado.

**7.7.9.** No caso de ocorrência de Evento de Inadimplemento, todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e ressarcidas pela Emissora. Caso a Emissora se recuse a pagar, as despesas poderão ser adiantadas pelos Debenturistas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas, taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário e quaisquer outras despesas decorrentes da atuação deste, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

**7.8.** A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para prestar os serviços descritos nesta Escritura a partir da emissão das Debêntures e proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Tais despesas compreendem aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura e na legislação aplicável, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;
- (iii) custos com notificações, extração de certidões;
- (iv) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (v) obtenção de certidões; e
- (vi) locomoções entre estados da federação, respectivas hospedagens, transportes e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas.



**7.8.1.** O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora

**7.9.** O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes na Escritura e nos demais documentos relacionados à Oferta, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, exceto por aqueles já previstos na Escritura. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

**7.10.** Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definido) especialmente convocada para esse fim.

**7.11.** O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada, desta Escritura e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.

## **8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

**8.1.** Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

**8.2.** As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

**8.3.** A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.9.1 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

**8.4.** As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

**8.5.** A presidência das Assembleias Gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

**8.6.** Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em Circulação.

**8.7.** Não estão incluídos no quorum a que se refere à Cláusula 8.6 acima:

- (i) os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura;
- (ii) as seguintes alterações deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (a) alteração das disposições desta Cláusula 8.7 (ii); (b) alteração de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura; (c) alteração da redução da remuneração das Debêntures; (d) alteração de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (e) alteração da espécie das Debêntures para uma espécie com menor prioridade de seus créditos em caso de falência da Emissora; e (f) criação de evento de repactuação; e
- (iii) qualquer alteração nos Eventos de Inadimplemento, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das respectivas Debêntures em Circulação, inclusive em caso de renúncia ou perdão temporário.

**8.8.** Para efeitos da presente Emissão e para fins de constituição de quorum, consideram-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, sendo para o efeito, excluídas: (a) as Debêntures mantidas em tesouraria e (b) as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Emissora; (ii) a qualquer controladora, a qualquer controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer da Emissora; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau da Emissora.

**8.9.** Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

**8.10.** O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

**8.11.** Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a Assembleia Geral de acionistas.

**8.12.** As deliberações tomadas pelos Debenturistas em qualquer das Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, desde que observados os quóruns de instalação e de deliberação estabelecidos nesta Escritura, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de algum(ns) dos Debenturistas terem ou não comparecido na Assembleia Geral de Debenturistas em questão, ou do voto proferido por algum(ns) dos Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas em questão.

## **9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA**

**9.1.** A Emissora declara e garante que:

- (i) é uma sociedade anônima de capital fechado, devidamente organizada, constituída e existente em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem

34

como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

- (ii) está devidamente autorizada pelos seus órgãos societários competentes a celebrar esta Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (iv) esta Escritura, as obrigações aqui assumidas e as declarações prestadas pela Emissora constituem obrigações legais, válidas, vinculantes e exigíveis da Emissora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (v) a celebração desta Escritura, a emissão e distribuição pública das Debêntures e o cumprimento das obrigações da Emissora aqui previstas não infringem qualquer disposição estatutária, legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial vigente nesta data, contrato ou instrumento que vincule ou afete a Emissora, nem irão resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer de seus ativos ou bens; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) além dos atos praticados, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido nesta data para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto por (a) registro das atas de AGE Emissora, RCA Emissora e RCA Garantidora que deliberaram sobre a Emissão, no caso da Emissora, e sobre a constituição de garantia fidejussória, no caso da Interveniante Garantidora, (b) registro da Escritura na JUCESP, (c) registro das Debêntures para distribuição e negociação na CETIP, (d) registro da Escritura nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo e Tatuí, Estado de São Paulo, bem como da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e (e) publicação, no Diário Oficial da União, da Portaria do Ministério dos Transportes, nos termos da qual os Projetos de Investimento foram classificados como prioritários;
- (vii) suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios financeiros encerrados em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, representam corretamente sua posição patrimonial e financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis vigentes nos períodos a que se referem, os quais foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos. Desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios e que seja relevante para a Emissora;
- (viii) em seu melhor conhecimento, está cumprindo, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com relação ao disposto na legislação e

regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das suas atividades descritas em seu objeto social, exceto com relação (a) àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade e/ou (b) àquelas cujos eventuais descumprimentos não afetem a capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações financeiras perante os Debenturistas, previstas nesta Escritura;

- (ix) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (x) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xi) atua em conformidade com a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (“Lei 12.846”), cumprindo-a na realização de suas atividades e declara, no melhor do seu conhecimento, que seus administradores, no exercício de suas atividades, não sofreram condenação civil ou criminal, conforme decisão de autoridade competente transitada em julgado, por atos ilícitos relacionados à Lei 12.846; e
- (xii) cumpre em todos os seus aspectos relevantes o disposto na legislação em vigor pertinente à (i) Política Nacional do Meio Ambiente, inclusive às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes de suas atividades descritas em seu objeto social; (ii) preservação do meio ambiente e atendimento às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais, exceto, nas hipóteses (i) e (ii), nos casos de contestação de boa fé por meio de medidas legalmente admitidas.

**9.2. A Interveniente Garantidora declara e garante que:**

- (i) está devidamente autorizada pelos seus órgãos societários competentes a celebrar esta Escritura e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) é uma sociedade anônima de capital aberto, devidamente organizada, constituída e existente em situação regular segundo as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (iii) a fiança ora prestada constitui nesta data uma obrigação legal, válida e vinculante da Interveniente Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) a celebração desta Escritura, o cumprimento das obrigações nela previstas e a prestação da fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição estatutária, legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial vigente nesta data, contrato ou instrumento que vincule ou afete a Interveniente Garantidora, nem irão resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Interveniente Garantidora ou de qualquer de seus controladores, ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; e

- (v) atua em conformidade com a Lei 12.846, cumprindo-a na realização de suas atividades e declara, no melhor do seu conhecimento, que seus administradores, no exercício de suas atividades, não sofreram condenação civil ou criminal, conforme decisão de autoridade competente transitada em julgado, por atos ilícitos relacionados à Lei 12.846.

## 10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**10.1.** Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado:

- (i) Para a Emissora (*com cópia para a Interveniente Garantidora*):

**RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**

SP 127 – Rodovia Antonio Romano Schincariol, Km 112,4

CEP 18279-588

At.: Srs. Jose Salim Kallab Fraiha e Alexandre Spadafora

Tel.: (015) 3259-8003

Fax: (015) 3259-8080

E-mail: [jose.salim@grupoccr.com.br](mailto:jose.salim@grupoccr.com.br) e [alexandre.spadafora@grupoccr.com.br](mailto:alexandre.spadafora@grupoccr.com.br)

- (ii) Para a Interveniente Garantidora:

**CCR S.A.**

Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, Vila Olímpia

São Paulo, SP

CEP 04.551-065

At.: Sr. Arthur Piotto (Diretor Financeiro e de Relações com Investidores) / Sra. Francine Saueia Keterer (Financeiro)

Telefone: (11) 3048-6374

Fax: (11) 3048-6379

e-mail: [arthur.piotto@grupoccr.com.br](mailto:arthur.piotto@grupoccr.com.br) / [francine.saueia@grupoccr.com.br](mailto:francine.saueia@grupoccr.com.br)

- (iii) Para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ

CEP 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: [operacional@pentagonotruster.com.br](mailto:operacional@pentagonotruster.com.br)

- (iv) Para o Banco Liquidante:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal

São Paulo, SP  
CEP 03084-010  
At.: Luiz Petito  
Tel: (11) 2740-2596  
Fax: (11) 2797-3140  
e-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

(v) Para o Escriturador Mandatário:

**ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar  
São Paulo, SP  
CEP 04538-132  
At.: Luiz Petito  
Tel: (11) 2740-2596  
Fax: (11) 2797-3140  
e-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

(vi) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**  
Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar  
Rio de Janeiro, RJ  
CEP 20031-170  
Telefone: (21) 2276-7474  
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar  
São Paulo, SP  
CEP 01452-001  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Telefone: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3115-1559  
e-mail: [valores.mobiliarios@cetip.com.br](mailto:valores.mobiliarios@cetip.com.br)

**10.2.** As obrigações assumidas nesta Escritura têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

**10.3.** Qualquer alteração a esta Escritura somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado pelas Partes.

**10.4.** A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as Partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

**10.5.** Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará

novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

**10.6.** As Partes reconhecem esta Escritura e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

**10.7.** Para os fins desta Escritura, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.


**10.8.** Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

**10.9.** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 09 de abril de 2015.

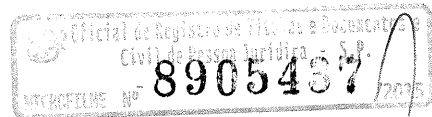
*(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Seguem as páginas de assinaturas.)*



39



Coração Batista  
e Autorizado



(Página de assinaturas 1/4 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, da Rodovias Integradas do Oeste S.A.)

**RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.**

Nome: **José Salim Kallab Fraiha**  
Cargo: **Diretor Presidente**

Nome: **Alexandre Spadafora**  
Cargo: **DIRETOR**

[Restante da página intencionalmente deixado em branco.]

**Diogo Coração Batista**  
Escrevente Autorizado

1.º Tabelião de Notas e de Protesto de Letras e Títulos de Taxa - SP  
Tabelião: Magnus Pereira da Silva Neto  
Rua Quinze de Novembro, 357 - Fone/Fax: (15) 3251-4180 - CEP 18270-270 - Taubaté, SP

Reconheço por semelhança a firma de JOSE SALIM KALLAB FRAIHA, a firma de ALEXANDRE SPADAFORA, em documento com valor econômico e dou fe. Em test da Verdade.

Tatui, 9 de abril de 2015 364396/186-2

R\$ 14,72

Escrevente **DIOGO CORAÇÃO BATISTA**

111815  
1178A06866

“VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS E/OU RASURAS”





(Página de assinaturas 2/4 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, da Rodovias Integradas do Oeste S.A.)



Nome: **ITALO ROPPA**  
Cargo: **Diretor**



Nome: **LEONARDO COUTO VIANNA**  
Cargo: **DIRETOR**

[Restante da página intencionalmente deixado em branco.]

TABELIÃO OLIVEIRA LIMA  
15º Cartório de Notas  
Bni João Roberto de Oliveira Lima

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1885, CEP: 04548-005  
Vila Olímpia - Esquina com a Rua Funchal - São Paulo - SP  
PABX: (11) 3058-5100 - www.15notas.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA COM VALOR ECONÔMICO a(s) Firma(s) de  
ITALO ROPPA e LEONARDO COUTO VIANNA, a qual contém o padrão  
depositado em cartório.

São Paulo/SP, 09/04/2015 - 16:29:47

Em Testemunho da verdade, Total R\$ 14,60

RODRIGO MELGAR JARDINI - ESCRIVENTE AUT.

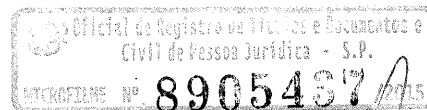
Etiqueta: 404470 Selos: AA 850862

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE AC096849

RENATO HERNANDEZ  
ESCREVENTE AUTORIZADO




LAO DE  
S. 147  
Je So.  
Auto.



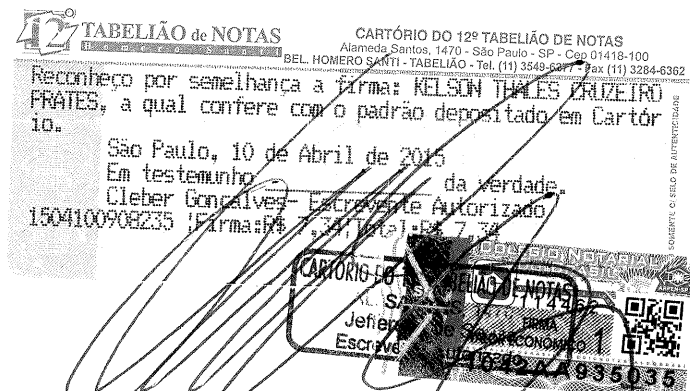
(Página de assinaturas 3/4 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, da Rodovias Integradas do Oeste S.A.)

## PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

  
Nome: **Kelson Thales Cruzeiro Prates**  
Cargo: **Procurador**



[Restante da página intencionalmente deixado em branco.]



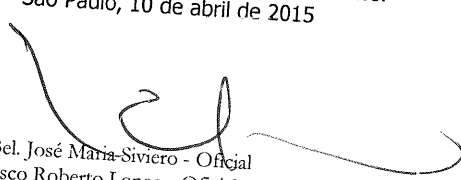
3º

Emol.  
Estado  
Ipesp  
R. Civil  
T. Justiça  
Iss

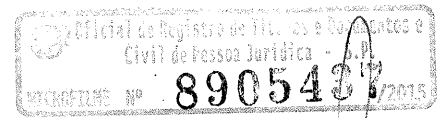
Total R\$ 13.913,99

Selos e taxas  
Recolhidos p/verba

3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.572.625/0001-66  
Bel. José Maria Siviero - Oficial  
Protocolado e prenotado sob o n. **8.905.437** em  
**10/04/2015** e registrado, hoje, em microfilme  
sob o n. **8.905.437**, em títulos e documentos.  
São Paulo, 10 de abril de 2015

  
Bel. José Maria Siviero - Oficial  
Bel. Francisco Roberto Longo - Oficial Substituto





(Página de assinaturas 4/4 do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, Não Conversíveis em Ações, da Rodovias Integradas do Oeste S.A.)

**TESTEMUNHAS:**

1. *[Signature]* 2. *[Signature]*  
Nome: *Jessica da Silva de Souza* Nome: *Marcia da Silva*  
RG: *39.119.836-1* RG: *37.503.838-3*

[Restante da página intencionalmente deixado em branco.]

*[Signature]* *[Signature]* 43



*[Signature]*